

**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS
EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA COMPANHIA
ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE, sociedade por ações com sede na Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Mermoz, 150, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 08.324.196/0001-81, inscrita sob NIRE nº 24300000502, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora"; e

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 2439, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada nesta Escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário";

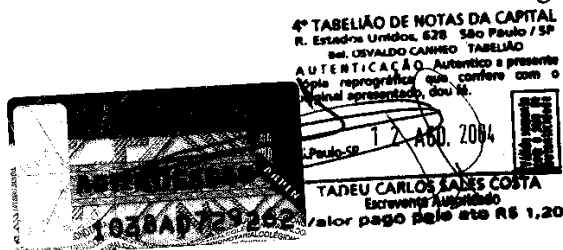
vêm celebrar a presente "Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte", doravante designada simplesmente "Escritura", mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

1. DA AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é celebrada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária em reunião realizada em 5 de maio de 2004, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, com redação conferida pela Lei nº 10.303/01.

2. DOS REQUISITOS

2.1 A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:



2.1.1 Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

2.1.1.1 A ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a presente emissão de debêntures (“Emissão”) foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob o nº 2410313171 e publicada no Diário Oficial do Rio Grande do Norte e no jornal “Valor Econômico” em 13 de maio de 2004, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01.

2.1.2 Inscrição da Escritura

2.1.2.1 A presente Escritura será inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01.

2.1.3 Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

2.1.3.1 A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 10.303/01 e pela Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997, e de acordo com a Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, e com as demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.1.4 Registro em Sistema de Liquidação e Custódia

2.1.4.1 As debêntures da presente Emissão (“Debêntures”) deverão ser registradas (i) para colocação no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – ANDIMA e operacionalizado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação; e (ii) para negociação no mercado secundário (a) no Sistema Nacional de Debêntures – SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e (b) no Bovespa Fix, mercado de negociação da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA que tem por agente de custódia e de liquidação a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC.



2.1.5 Registro na Associação Nacional de Bancos de Investimento – (“ANBID”)

2.1.5.1 A Emissão deverá ser estruturada e registrada de acordo com o Código de Auto-Regulação da ANBID para as Operações de Colocação e Distribuição Pública de Títulos e Valores Mobiliários no Brasil.

2.1.6 Aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

2.1.6.1 A Emissão e a constituição da garantia real prevista na presente Escritura foram aprovadas pela ANEEL, nos termos do Ofício nº 1014/2004-SFF/ANEEL, de 23 de junho de 2004 e da legislação em vigor.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

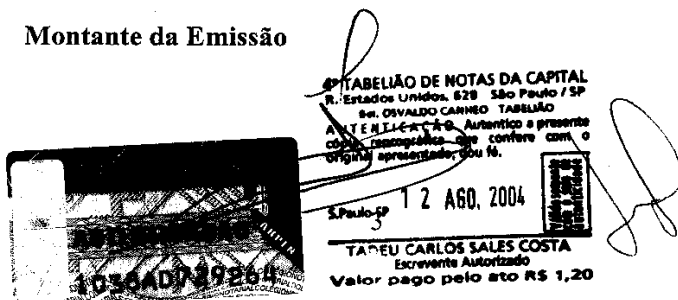
3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem como objeto estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3 Montante da Emissão



3.3.1 O montante da Emissão é de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), em série única, na Data de Emissão, conforme definido abaixo.

3.4 Destinação dos Recursos

3.4.1 Os recursos obtidos através da presente Emissão serão destinados (i) à amortização de créditos obtidos junto às instituições financeiras intermediárias da Emissão, de forma a alongar o perfil da dívida de curto prazo da Emissora, e (ii) à realização de investimentos pela Emissora na concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Norte.

3.5 Forma e Procedimento de Colocação

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT, administrado pela ANDIMA, com tratamento justo e equitativo para todos os investidores, sem recebimento de reservas antecipadas.

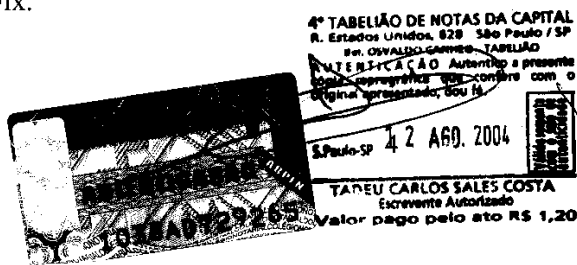
3.5.2 A colocação das Debêntures somente terá início após: (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início de Distribuição, que deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da data de concessão do referido registro pela CVM; e (c) a disponibilidade do prospecto definitivo para os investidores. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada até o período máximo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início de Distribuição.

3.6 Negociação

3.6.1 As Debêntures serão registradas para negociação (i) no SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e (ii) no Bovespa Fix, que tem por agente de custódia e de liquidação a CBLC.

3.7 Banco Mandatário

3.7.1 O Banco Bradesco S.A. será o Banco Mandatário da Emissora junto ao SND e BovespaFix.



3.9 Instituição Depositária

3.9.1 O Banco Bradesco S.A. será a Instituição Depositária das Debêntures desta Emissão.

3.10 Banco Escriturador

3.10.1 O Banco Bradesco S.A. será o Banco Escriturador das Debêntures desta Emissão.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Características Básicas

4.1.1 Valor Total da Emissão

4.1.1.1 O valor total da Emissão será de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), na Data de Emissão conforme definido abaixo.

4.1.2 Valor Nominal Unitário

4.1.2.1 O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$100.000,00 (cem mil reais).

4.1.3 Número de Séries

4.1.3.1 A Emissão será em série única.

4.1.4 Quantidade de Debêntures

4.1.4.1 Serão emitidas 1.200 (mil e duzentas) Debêntures.

4.1.5 Data de Emissão

4.1.5.1 Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2004 ("Data de Emissão").



AUTENTICAÇÃO. Autentico a presente cópia xerográfica que confere com o original apresentado, ou fé.

2 ABO, 2004

TAREU CARLOS SALES COSTA
Escrevente Autorizado
valor pago pelo ato R\$ 1,20

4.1.6 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.6.1 O prazo das Debêntures será de 4 (quatro) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2008 (“Data de Vencimento”), ocasião em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo seu valor nominal acrescido da respectiva remuneração, calculada conforme o item 4.3 abaixo.

4.1.7 *Forma e Emissão de Certificados de Debêntures*

4.1.7.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa-escritural, não havendo emissão de certificados de debêntures.

4.1.7.2 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito das Debêntures, aberta em nome de cada debenturista, emitido pela Instituição Depositária.

4.1.7.3 Adicionalmente, serão expedidos (i) pelo SND, o “Relatório de Posição de Ativos”, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures, quando depositadas no SND; e/ou (ii) pela CBLC, o extrato de custódia em nome do debenturista, quando as Debêntures forem depositadas na CBLC.

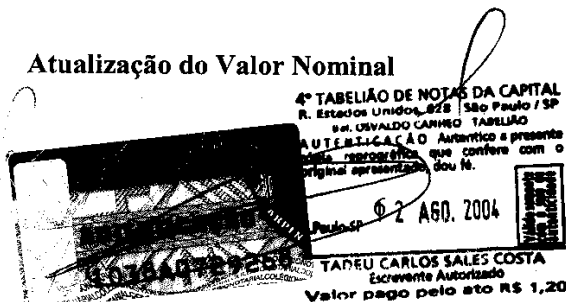
4.1.8 *Conversibilidade*

4.1.8.1 As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações da Emissora.

4.1.9 *Espécie*

4.1.9.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

4.2 *Atualização do Valor Nominal*



4.2.1 Não haverá atualização do valor nominal das Debêntures.

4.3 Remuneração

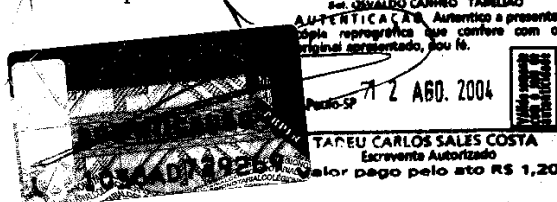
4.3.1 Juros Remuneratórios

4.3.1.1 As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, Extra-Grupo (“Taxas DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o valor nominal da Debênture, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo (“Juros Remuneratórios”).

4.3.1.2 Os Juros Remuneratórios serão pagos trimestralmente, a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures, observados os itens 5.1 e 4.4 abaixo, exceto se de outra forma estiver expressamente previsto na presente Escritura.

4.3.1.2.1 Define-se:

- i) “Período de Vigência de Juros”: espaço de tempo que se inicia na Data de Emissão e se encerra na Data de Vencimento ou, se for o caso, na Data de Repactuação, conforme abaixo definida;
- ii) “Período de Capitalização”: intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios correspondentes ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos trimestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º de setembro de 2004 e o último em 1º de junho de 2008;
- iii) Subperíodo de Capitalização - prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:



- a) o primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se na Data de Emissão e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data;
- b) os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do subperíodo anterior, entendendo-se como o novo subperíodo em vigor o prazo desta taxa, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização; e
- c) as taxas dos subperíodos são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis* por dias úteis para a Taxa DI e para o *spread*, se necessário, até a data do efetivo pagamento dos Juros Remuneratórios, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.3.1.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1), \text{ onde:}$$

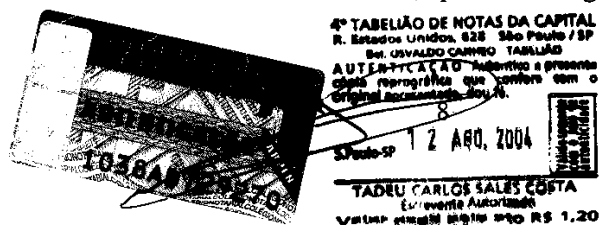
“J” corresponde ao valor unitário dos juros flutuantes, acrescido de “spread”, acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

“VNe” corresponde ao valor nominal de emissão da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

“Fator Juros” corresponde ao fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}), \text{ onde:}$$

“Fator DI” corresponde ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{nDI} \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right), \text{ onde}$$

“nDI” corresponde ao número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo “n” um número inteiro.

“p” corresponde ao percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, igual a 100,00.

“TDI_k” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

“DI_k” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

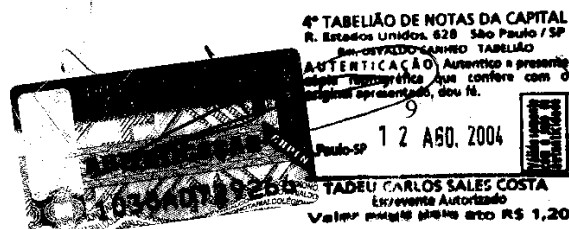
“Fator Spread” corresponde à sobretaxa de juros fixo acrescida ao rendimento de uma Debênture referenciada em taxas flutuantes, quando não fizer uso de percentual aplicado, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}, \text{ onde}$$

“spread” corresponde ao *spread* ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais, equivalente à 2,5000;

“n” corresponde ao o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo “n” um número inteiro;

“DT” corresponde ao o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo “DT” um número inteiro;



“DP” corresponde ao número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo “DP” um número inteiro;

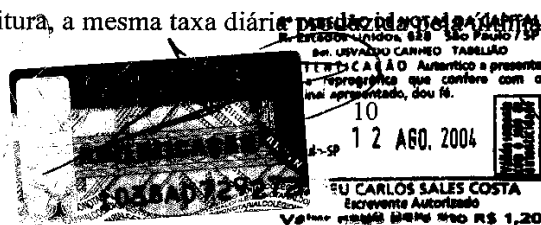
4.3.1.4 Para efeito dos cálculos previstos no item anterior:

- i) o fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- iii) uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.3.1.5 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.3.1.6 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do Fator Multiplicador e *spread*, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização.

4.3.1.7 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data em que foi verificada a ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, assembléia geral de debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de



encerramento do último Subperíodo de Capitalização, acrescida do *spread*, até a data da deliberação da assembléia geral de debenturistas. Caso não haja, entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até dez (10) dias contados da data de realização da referida assembléia geral de debenturistas, pelo saldo do valor nominal acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento de Juros Remuneratórios até o dia do efetivo resgate das Debêntures. A Taxa DI que deverá ser utilizada para o resgate das Debêntures será a última divulgada antes de sua extinção ou impedimento legal de utilização.

4.4 Repactuação

4.4.1 Para fins do presente item, fica desde já definido o dia 1º de junho de 2006 como a Data de Repactuação.

4.4.2 Caso a Emissora não obtenha, em até 30 (trinta) dias antes da Data de Repactuação, crédito de valor igual ou superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, através do Programa de Apoio à Capitalização de Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica, a Emissora deverá encaminhar carta assinada por seus representantes legais ao Agente Fiduciário informando o referido fato, bem como observar o disposto nos itens 4.4.3, 4.4.4 e 4.4.5 abaixo.

4.4.2.1. Na hipótese de a Emissora ter obtido o referido crédito no prazo acima, fica desde já determinado que não haverá repactuação, permanecendo vigentes os termos e condições das Debêntures, conforme estabelecido nesta Escritura. A Emissora deverá comunicar imediatamente o Agente Fiduciário, encaminhando cópia autenticada do respectivo contrato e de extrato bancário da conta corrente em que forem depositados os respectivos recursos, bem como deverá publicar “Aviso aos Debenturistas” informando a obtenção do crédito, no dia útil imediatamente posterior a sua obtenção e na forma do item 4.9.1 abaixo. Neste caso, não será aplicável o disposto nos itens 4.4.3, 4.4.4 e 4.4.5 abaixo.

4.4.3 Até 15 (quinze) dias antes da Data de Repactuação, a Emissora deverá deliberar, por meio de Assembléia Geral Extraordinária ou Reunião do Conselho de



Administração, caso sejam delegados poderes a este, sobre as novas condições das Debêntures, as quais deverão ser imediata e amplamente divulgadas na forma do item 4.9 desta Escritura.

4.4.4 Caso os debenturistas não concordem com as novas condições das Debêntures ou caso tais condições não sejam divulgadas pela Emissora em consonância com o item 4.9 abaixo, deverão, em até 5 (cinco) dias anteriores à Data de Repactuação, manifestar, através da Instituição Depositária, no SND e/ou BovespaFix, ou na sede da Emissora, no caso de Debêntures que não estejam depositadas no SND ou BovespaFix, sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures para a Emissora, sem prejuízo do disposto no item 5.4 abaixo.

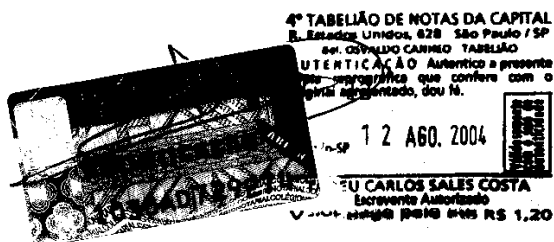
4.4.5 A Emissora se obriga a adquirir, na Data de Repactuação, a totalidade das Debêntures cujos titulares não aceitem as novas condições das mesmas. As Debêntures serão adquiridas pelo seu valor nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a Data de Repactuação.

4.4.5.1 As Debêntures adquiridas pela Emissora da forma prevista no item anterior poderão ser (i) canceladas; (ii) mantidas em tesouraria; ou (ii) recolocadas no mercado.

4.5 Garantia Real da Emissão

4.5.1 As Debêntures da presente emissão são garantidas por penhor de direitos creditórios de titularidade da Emissora, presentes e futuros, bem como seus respectivos títulos, quando existentes, oriundos de contratos de fornecimento de energia elétrica para os consumidores da Emissora ou detidos contra instituições financeiras e agentes arrecadadores dos pagamentos das contas de fornecimento de energia elétrica, nos termos do “Instrumento de Constituição de Penhor, Vinculação de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Sudameris Brasil S.A., Banco Alfa de Investimento S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco BVA S.A. e o Banco do Brasil S.A. em 4 de agosto de 2004, que integra a presente Escritura como seu Anexo I.

4.5.2 A presente Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76.



4.6 Subscrição

4.6.1 Prazo de Subscrição

4.6.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme o item 3.5.2 acima.

4.6.2 Preço de Subscrição

4.6.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será o seu valor nominal unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios definidos no item 4.3.1 acima, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição.

4.6.3 Integralização

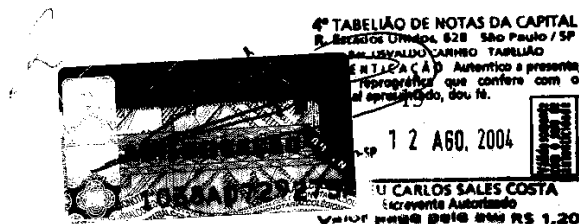
4.6.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

4.7 Amortização Programada

4.7.1 O valor nominal das Debêntures será amortizado em 11 (onze) parcelas trimestrais e consecutivas, vincendas no primeiro dia de cada trimestre, a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, inclusive, sendo o primeiro pagamento devido em 1º de dezembro de 2005. A amortização do valor nominal das Debêntures deverá observar o seguinte:

Ano a partir da data de emissão	Nº de parcelas de amortização	% do principal a ser amortizado	Valor a ser amortizado (R\$ mil)
2º	3	17%	R\$20.400,00
3º	4	33%	R\$39.600,00
4º	4	50%	R\$60.000,00

4.7.2 As datas de pagamento das parcelas referentes à amortização das Debêntures encontram-se discriminadas na tabela abaixo:



Nº da parcela de amortização	Data de pagamento	% do principal a ser amortizado
1ª	1.12.05	5,66%
2ª	1.3.06	5,67%
3ª	1.6.06	5,67%
4ª	1.9.06	8,25%
5ª	1.12.06	8,25%
6ª	1.3.07	8,25%
7ª	1.6.07	8,25%
8ª	1.9.07	12,5%
9ª	1.12.07	12,5%
10ª	1.3.08	12,5%
11ª	1.6.08	12,5%

4.8 Condições de Pagamento

4.8.1 Local de Pagamento

4.8.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND, para as Debêntures registradas para negociação neste sistema; (ii) em conformidade com os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BovespaFix; ou (iii), na hipótese de os debenturistas não estarem vinculados ao SND ou ao BovespaFix, (a) na sede da Emissora; ou, conforme o caso, (b) na sede do Banco Mandatário, situada na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar, Osasco (Departamento de Ações e Custódia).

4.8.2 Prorrogação dos Prazos

4.8.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ou na Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.



4.8.3 *Encargos Moratórios*

4.8.3.1 Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 2% (dois por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.8.4 *Poder Liberatório*

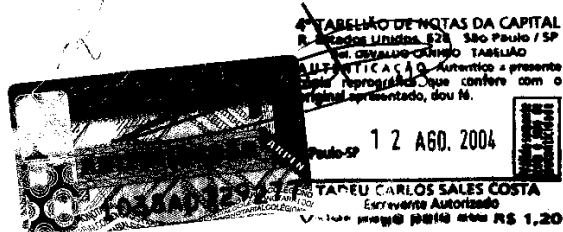
4.8.4.1 Na hipótese de não pagamento pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, de qualquer valor devido com relação à presente Emissão, os debenturistas poderão, a seu exclusivo critério, utilizar as respectivas Debêntures para pagamento de contas de fornecimento de energia elétrica, acrescidas dos encargos de mora quando aplicável, faturadas pela Emissora ("Contas de Fornecimento") contra os mesmos, se for o caso, mediante dação em pagamento ("Poder Liberatório").

4.8.4.2 Para exercer o Poder Liberatório, o debenturista deverá encaminhar ao Banco Mandatário: (i) documento de identificação, (ii) Contas de Fornecimento e (iii) solicitação da efetivação da dação em pagamento, indicando quantas Debêntures serão objeto da mesma.

4.8.4.3 O Banco Mandatário, por sua vez, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do debenturista, para (i) identificá-lo junto ao Banco Depositário, (ii) verificar e apurar o valor das Debêntures a serem oferecidas como dação em pagamento, (iii) verificar a existência de qualquer atraso no pagamento das Debêntures; (iv) apurar o valor das Contas de Fornecimento e (iv) cancelar as Debêntures objeto do exercício do Poder Liberatório.

4.8.4.3.1 Uma vez canceladas as Debêntures objeto do exercício do Poder Liberatório, o Banco Mandatário dará ao debenturista quitação automática pelo pagamento da respectiva Conta de Fornecimento.

4.8.4.3.2 O Banco Mandatário deverá encaminhar a documentação referida no item anterior à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. A Emissora terá o prazo de 3



(três) dias úteis, a contar da data de recebimento da documentação, para manifestar qualquer irregularidade quanto ao processo de quitação das Contas de Fornecimento utilizadas no exercício do Poder Liberatório.

4.8.4.4 O valor das Debêntures para as finalidades aqui previstas será o seu valor nominal unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento das Contas de Fornecimento, acrescido dos encargos moratórios previstos no item 4.8.3 acima.

4.8.5 *Não Comparecimento dos Debenturistas*

4.8.5.1 O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, no prospecto desta Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, se for o caso, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9 **Comunicações**

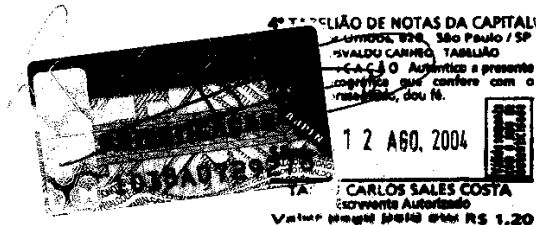
4.9.1 *Publicação na Imprensa*

4.9.1.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário e às instituições financeiras intermediárias da Emissão qualquer publicação na data da sua realização.

4.9.2 *Comunicações*

4.9.2.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) para a Emissora:



Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua da Candelária, nº 65 – 16º andar
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20.091-020
At.: Sr. Erik da Costa Breyer
Diretor de Relações com Investidores
Tel.: (21) 2506-3203
Fax.: (21) 2516-9486
E-mail: ebreyer@cosern.com.br

ii) para o Agente Fiduciário:

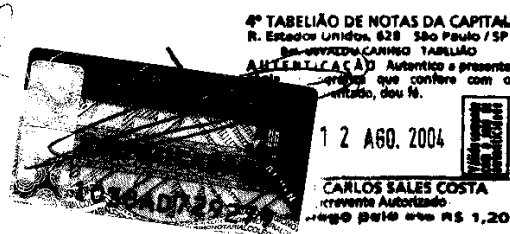
Planner Corretora de Valores S.A.
Avenida Paulista, 2.439, 11º andar
São Paulo - SP
CEP: 03531-000
At.: Sr. Artur Martins de Figueiredo
Telefone: (11) 3061-9444 – ramal 467
Fax: (11) 3060-9575
E-mail: afigueiredo@plannercorretora.com.br

iii) para as Instituições Mandatária e Depositária das Debêntures:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar
Osasco - SP
06029-900
Departamento de Ações e Custódia
Telefone: (11) 3684-4522
Fax: (11) 3684-5645

iv) para o Banco Escriitador das Debêntures:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar



Osasco - SP
06029-900
Departamento de Ações e Custódia
Gerência Comercial – Escrituração de Ativos
Telefone: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-2714

v) para a CETIP:

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP
Av. República do Chile, 230, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20031-170
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

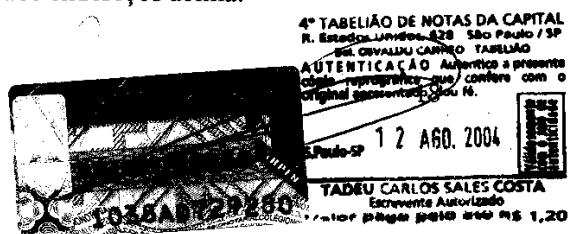
ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
São Paulo – SP
CEP: 01009-000
Telefone: (11) 3111-1411
Fax: (11) 3115-1664

vi) para a CBLC

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia
Rua XV de Novembro, nº 275 – 6º andar
São Paulo – SP
CEP: 01013-001–
Telefone: (11) 3233-2307
Fax: (11) 3233-2306

4.9.2.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.



4.9.2.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 3 (três) dias úteis após o envio da mensagem.

4.9.2.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pelo Agente Fiduciário.

5. DA RECOMPRA, DO RESGATE E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Recomprou Obrigatória

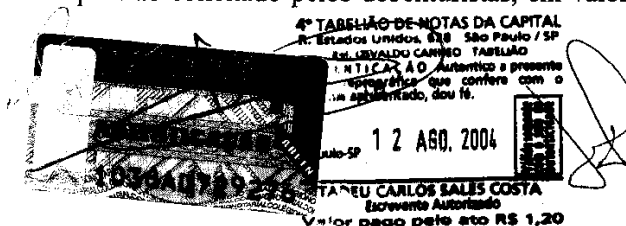
5.1.1 Na hipótese da liberação do crédito referido no item 4.4.2 acima, os debenturistas terão prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da publicação de “Aviso aos Debenturistas” previsto no item 4.4.2.1 acima, sem prejuízo do envio da comunicação de que trata o referido item ao Agente Fiduciário, para solicitar a recompra de suas Debêntures pela Emissora, mediante envio de comunicação à Instituição Depositária, com cópia para a CETIP e/ou CBLIC, o Agente Fiduciário e a Emissora.

5.1.2 As Debêntures cujos titulares tenham solicitado a recompra na forma do item anterior serão obrigatoriamente recompradas em valor correspondente a no mínimo 60% (sessenta por cento) do valor total do crédito liberado pelo BNDES, valor este que deverá ser distribuído proporcionalmente entre os debenturistas que tenham solicitado a recompra.

5.1.2.1 Adicionalmente, somente será recomprado na forma do item 5.1.1 no máximo 50% (cinquenta por cento) das Debêntures detidas por cada debenturista que tenha solicitado a recompra.

5.2 Recomprou Facultativa

5.2.1 Não obstante o disposto no item 5.1 acima, será estendido à Emissora, em caso de liberação do crédito referido no item 4.4.2 acima, o direito de recomprar as Debêntures, ainda que não solicitado pelos debenturistas, em valor limitado a no mínimo



60% (sessenta por cento) do crédito liberado pelo BNDES, valor este que deverá ser distribuído proporcionalmente entre os debenturistas. Adicionalmente, não poderá ser recomprada quantidade de Debêntures superior a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de Debêntures detida por cada debenturista.

5.2.2 Na hipótese prevista no item 5.2.1 acima, não será devido pela Emissora qualquer prêmio pela recompra das Debêntures.

5.2.3 A Emissora terá o prazo de até 16 (dezesesseis) dias da data da publicação de que trata o item 4.4.2.1 acima para publicar "Aviso aos Debenturistas", na forma do item 4.9.1 acima, comunicando o exercício do direito de recompra e a forma de pagamento, que deverá ocorrer, no máximo, em até 14 (quatorze) dias da data da publicação do referido "Aviso aos Debenturistas"

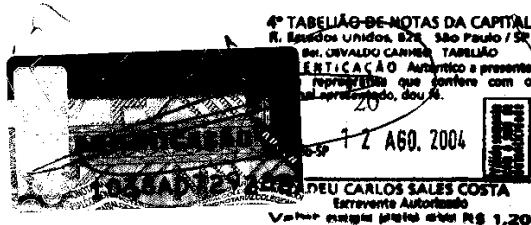
5.2.4 Para fins do disposto neste item 5.2, o valor das Debêntures a serem recompradas deverá ser calculado com base no respectivo valor nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento da recompra.

5.2.5 As Debêntures recompradas pela Emissora da forma prevista nos itens anteriores poderão ser (i) canceladas; (ii) mantidas em tesouraria; ou (ii) recolocadas no mercado.

5.3 Resgate Antecipado Facultativo

5.3.1 A partir do 12º (décimo segundo) mês a contar da Data de Emissão, inclusive, e a cada trimestre encerrado subsequente, a Emissora poderá resgatar antecipadamente as Debêntures em circulação, mediante deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora e publicação de "Aviso aos Debenturistas", na forma do item 4.9.1 acima, informando a data e o procedimento de resgate.

5.3.2 O resgate antecipado poderá ser total ou parcial, pelo valor nominal unitário da Debênture, na Data de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do pagamento das Debêntures resgatadas, e de prêmio equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o saldo a ser resgatado.



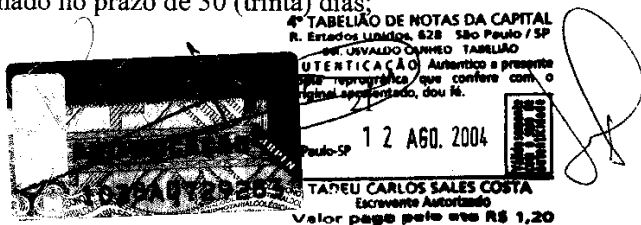
5.3.3 Na hipótese de deliberação de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto no item 4.9.1 acima, inclusive no que concerne às regras do sorteio.

5.3.4 As Debêntures resgatadas nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

5.4 Vencimento Antecipado

5.4.1 O Agente Fiduciário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir imediatamente da Emissora o pagamento integral do valor nominal das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis*, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas, em qualquer das seguintes hipóteses:

- i) liquidação ou decretação de falência da Emissora e/ou de seus controladores, diretos ou indiretos;
- ii) não pagamento do principal, da remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura;
- iii) protesto legítimo de títulos contra a Emissora cujo valor agregado não pago ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos de sua ocorrência;
- iv) vencimento antecipado de qualquer obrigação da Emissora de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- v) inadimplemento de qualquer obrigação da Emissora de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, desde que não sanado no prazo de 30 (trinta) dias;

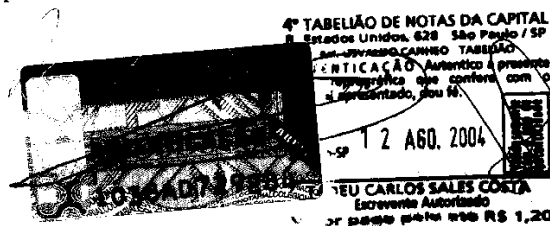


- vi) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação prevista nesta Escritura, desde que não sanado em 15 (quinze) dias da sua ocorrência;
- vii) perda pela Emissora, a qualquer tempo, da concessão para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica;
- viii) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações sob o “Instrumento de Constituição de Penhor, Vinculação de Direitos Creditórios e Outras Avenças” não sanado em 5 (cinco) dias úteis da sua ocorrência; e
- ix) não instalação da assembléia geral de debenturistas na forma prevista no item 5.4.2 abaixo para deliberação da declaração de vencimento antecipado das Debêntures.

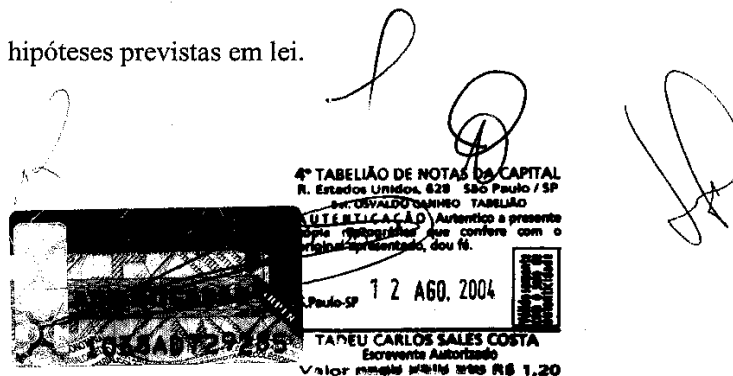
5.4.1.1 Na ocorrência das hipóteses previstas no item 5.4.1 acima, o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que este tomar conhecimento de sua ocorrência, declarará as Debêntures vencidas antecipadamente, mediante envio de carta protocolada na sede da Emissora, com cópia para CETIP, CBLC e à Instituição Depositária.

5.4.2 O Agente Fiduciário deverá convocar imediatamente assembléia geral de debenturistas, a se realizar no prazo de 15 (quinze) dias da data de convocação, para deliberar a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do valor nominal das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis*, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas, em qualquer das seguintes hipóteses:

- i) caso Iberdrola S.A., Banco do Brasil S.A. e/ou PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil deixem de controlar, direta ou indiretamente, a Emissora;
- ii) pedido de falência e/ou concordata preventiva formulado pela Emissora e/ou pelos seus controladores;
- iii) descumprimento dos *covenants* financeiros descritos na cláusula 6 abaixo;



- iv) em caso de deliberação, pela Emissora, de sua cisão, fusão ou incorporação da Emissora, observando-se o artigo 231 da Lei nº 6.404/76;
- v) não comunicação ao Agente Fiduciário ou não publicação de “Aviso aos Debenturistas” informando a liberação do crédito referido no item 4.4.2 acima dentro dos prazos previstos nesta Escritura;
- vi) não deliberação ou divulgação das condições de repactuação das Debêntures nas datas e condições previstas nesta Escritura;
- vii) mudança adversa no estado econômico-financeiro da Emissora ou nas perspectivas de negócio da Emissora que prejudique a capacidade de pagamento das obrigações assumidas nesta Escritura;
- viii) alteração do objeto social da Emissora;
- ix) ocorrência de pagamento de dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, ou, por qualquer forma, distribuição de todo ou parte de seu resultado, mesmo para pagamento de debêntures com participação nos lucros, se estiver em mora em relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Emissão, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- x) praticar quaisquer atos em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura, bem como aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura;
- xi) rescisão, anulação ou declaração de nulidade, no todo ou em parte, do “Instrumento de Constituição de Penhor, Vinculação de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, ou decisão judicial ou administrativa que de qualquer forma possa afetar a execução das garantias previstas no referido instrumento; e
- xii) demais hipóteses previstas em lei.



5.4.2.1 Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas acima, as Debêntures serão declaradas antecipadamente vencidas, exceto se diversamente deliberado por 85% (oitenta e cinco por cento) dos debenturistas cujas Debêntures estejam em circulação, conforme definido na cláusula 9 abaixo. Uma vez declaradas vencidas as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar carta protocolada na sede da Emissora, com cópia para CETIP, CBLC e à Instituição Depositária, comunicando o fato.

5.4.3 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora deverá efetuar o pagamento integral do valor nominal das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis*, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas em até 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada nos itens 5.4.1.1 ou 5.4.2.1 acima.

5.4.4 Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada no item 5.4.3 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao valor nominal das Debêntures os encargos moratórios previstos no item 4.8.3 acima, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

6. DOS COVENANTS FINANCEIROS

6.1 Sem prejuízo do disposto na cláusula 5 acima e nos termos do item 5.4.2 (iii) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar imediatamente assembleia geral de debenturistas para deliberar a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do valor nominal das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis*, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas, na hipótese de a Emissora não observar os seguintes *covenants* financeiros:

- i) manutenção, até a final liquidação de todas as obrigações contidas nesta Escritura, da seguinte razão entre “Dívida Líquida” e “EBITDA”:



DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA	
Ano	Múltiplo
2004	$\leq 3,5x$
2005 em diante	$\leq 3,0x$

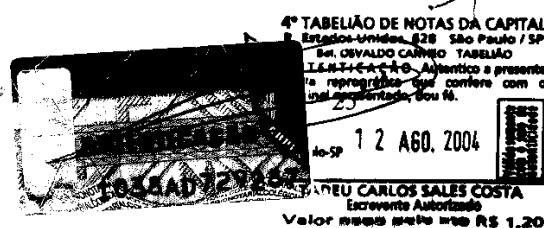
- ii) manutenção, até a final liquidação de todas as obrigações contidas nesta Escritura, da razão entre “EBITDA” e “Resultado Financeiro” maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos), considerado em termos absolutos (em módulo) na hipótese de o “Resultado Financeiro” ser negativo. Na hipótese de o “Resultado Financeiro” ser positivo, o referido compromisso financeiro considerar-se-á atendido.

6.1.1 Para fins do disposto no item 6.1 acima, entende-se como:

- i) “Dívida Líquida”, o endividamento oneroso total menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;
- ii) “EBITDA” (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*), lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses ao qual deverá ser adicionado, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, a parcela da amortização da recomposição tarifária do racionamento; e
- iii) “Resultado Financeiro”, a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio.

6.2 Todas as menções à Emissora nessa cláusula referem-se às suas demonstrações financeiras consolidadas. Se alguma empresa passar a ser controlada pela Emissora, essa também será parte do conceito de consolidação e obrigação aqui disposto.

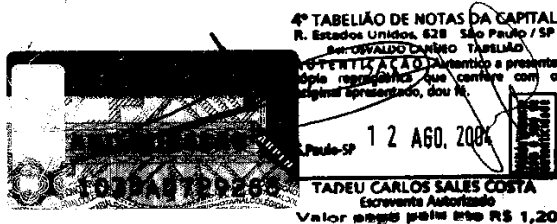
6.3 A Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, na data de divulgação de suas demonstrações financeiras trimestrais, demonstrativos comprobatórios do enquadramento aos *covenants* financeiros previstos nesta cláusula referentes ao período dos 12 (doze) meses anteriores à data do demonstrativo.



7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

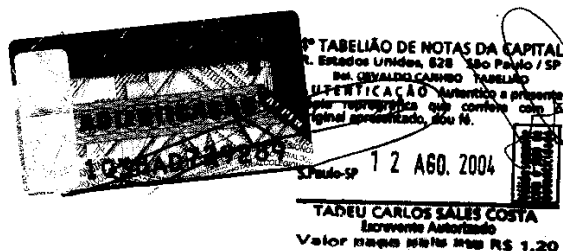
7.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras relativas ao respectivo semestre social elaboradas conforme exigido pela legislação aplicável, acompanhada (1) de parecer dos auditores independentes e (2) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
 - b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (2) declaração do Diretor de Relações com Investidores de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; bem como (3) cópia de qualquer comunicação escrita feita pelos auditores independentes à Emissora e respectivas respostas, com exceção dos “relatórios de controles internos”, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora;
 - c) dentro de 15 (quinze) dias, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis;
 - d) as informações pertinentes à Instrução nº 202, de 6 de dezembro de 1993, e Instrução nº 207, de 1º de fevereiro de 2004, ambas da CVM, fornecidas com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
 - e) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral e, prontamente, fornecer cópias de todas as



atas de todas as Assembléias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembléia a se realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, desde que este último delibere sobre os assuntos que lhe competem por lei;

- f) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.9.1.1 acima;
 - g) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada; e
 - h) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.4 acima imediatamente após a sua ocorrência;
- ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
 - iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - iv) convocar assembléia geral de debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - v) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - vi) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
 - vii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 e 279 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;



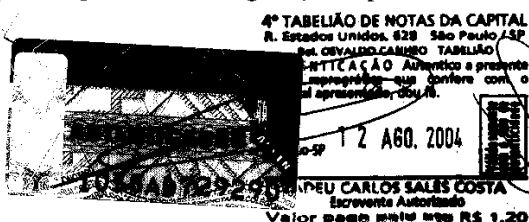
- viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- xi) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes, se for o caso;
- xii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos; e
- xiii) submeter, anualmente, a presente Emissão à revisão e avaliação pela agência classificadora de risco contratada, disponibilizando ao Agente Fiduciário cópia dos relatórios que vierem a ser emitidos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento.

8. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora constitui e nomeia Planner Corretora de Valores S.A., acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora.

8.2 O Agente Fiduciário declara:

- i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;



- iii) ter verificado, neste ato, a veracidade das informações contidas na presente Escritura;
- iv) ter verificado que a constituição da garantia real atende ao limite previsto no artigo 60 da Lei nº 6.404/76;
- v) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições; e
- vi) ter verificado a regularidade da constituição das garantias reais prestadas aos debenturistas, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade.

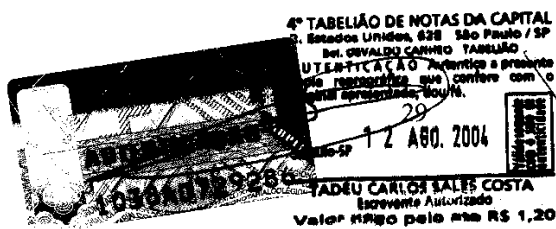
8.2.1 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

8.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, assembléia geral de debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido no item 8.3 acima, caberá à Emissora efetuar a mesma.

8.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

8.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.



8.3.4 É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

8.3.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução nº 28/83, da CVM, e eventuais normas posteriores.

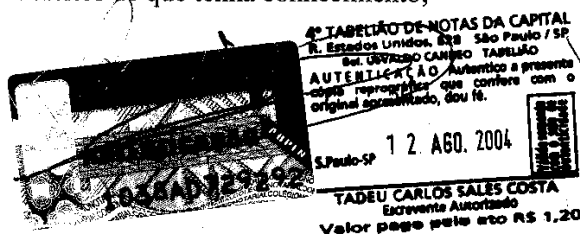
8.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte, onde será inscrita a presente Escritura.

8.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

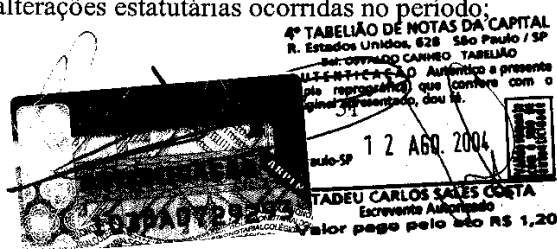
8.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

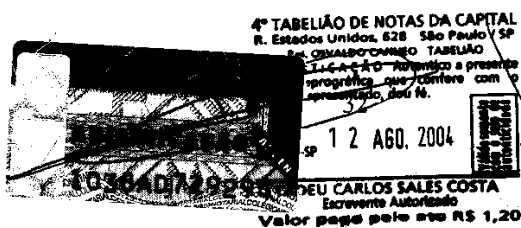
- i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- x) convocar, quando necessário, assembléia geral de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- xi) comparecer à assembléia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período:



- c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) resgate e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- xiii) colocar o relatório de que trata o item 8.4 (xii) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - c) na CVM; e
 - d) na instituição que liderou a colocação das Debêntures;
- xiv) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item 8.4 (xiii) acima;



- iv) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens 8.5 (i) a 8.5 (iii) acima se, convocada a assembléia geral de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem 8.5 (iv) acima.

8.7 Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- i) parcelas trimestrais de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), devida a primeira parcela na data de assinatura da presente Escritura e as demais parcelas devidas trimestral e consecutivamente, nessa mesma data; e
- ii) do valor da primeira parcela será deduzido o montante de R\$3.000,00 (três mil reais), já pago pela Emissora a título de custo de implantação.

8.7.1 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

8.7.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante quitação de boleto bancário a ser encaminhado pelo Agente Fiduciário à Emissora nas datas aprazadas.

8.7.3 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 8.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV"), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo.



8.7.5 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela assembléia geral de debenturistas nos termos da cláusula 9 abaixo.

8.8.1 O ressarcimento a que se refere o item 8.8 acima será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.8.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunidade dos debenturistas.



8.8.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.8.5 As despesas a que se refere o item 8.8 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

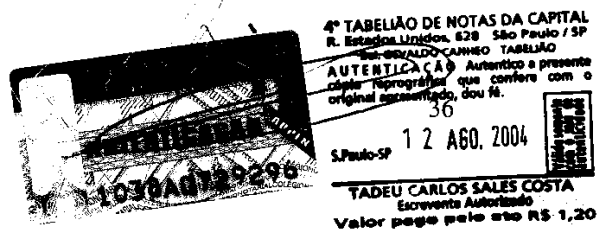
- i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- ii) extração de certidões;
- iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

8.8.6 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9. DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

9.2 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto da Lei nº 6.404/76 sobre assembléia de acionistas.



9.3 A assembléia geral de debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

9.4 A assembléia geral de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

9.5 Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação as Debêntures que se encontrarem em tesouraria da Emissora, ou de titularidade de suas coligadas ou controladas, bem como de respectivos diretores, conselheiros e acionistas controladores. Fica definido que o total de Debêntures assim calculado como sendo as Debêntures em circulação.

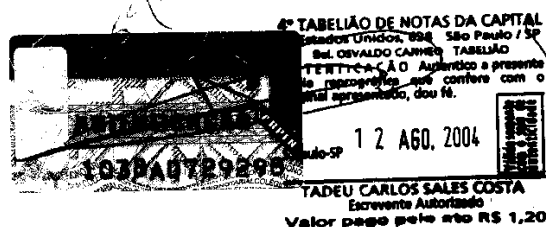
9.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.

9.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.8 A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.9 Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas seguintes hipóteses:

- i) alteração de prazos, do cronograma de amortização, da remuneração das Debêntures, quoruns ou da garantia prevista nesta Escritura, cuja deliberação dependerá da aprovação de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação; e
- ii) modificação das demais condições das Debêntures, cuja deliberação dependerá da aprovação de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.



10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

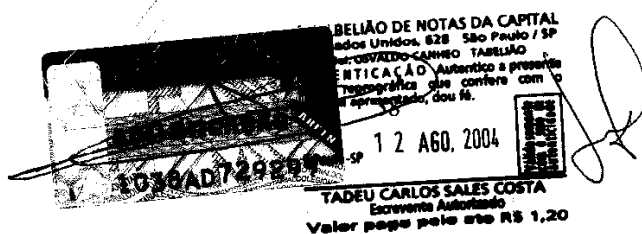
10.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto.

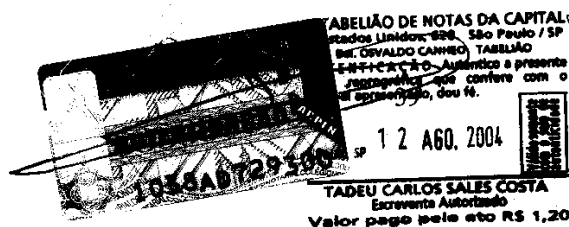
11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;



- v) os termos desta Escritura não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas controladoras, controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- vi) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- vii) os prospectos preliminar e definitivo relativos à emissão das Debêntures contêm todas as informações relevantes em relação à Emissora e seus controladores, controladas e coligadas, no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- viii) as opiniões e análises expressas no prospecto em relação à Emissora foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- ix) não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração do prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica;
- x) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no prospecto são verdadeiros;
- xi) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas sejam partes ou no qual seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



- xii) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2003, 31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2001 representam corretamente a posição financeira da Emissora, controladas e/ou coligadas em tais datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- xiii) a Emissora, controladores, controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- xiv) exceto pelas contingências informadas no prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades.

11.2 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.




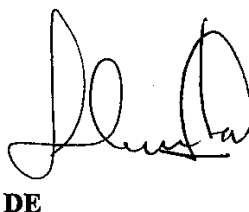
13. FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 4 de agosto de 2004


**COMPANHIA ENERGETICA DO RIO
GRANDE DO NORTE - COSERN**
Por: **Roberto Bezerra de Medeiros**
Diretor Presidente
Cargos: **Afonso José Waiken**
Superintendente Financeiro


**PLANNER CORRETORA DE
VALORES S.A.** Viviane A. R. dos Santos
Por:
Cargos: **Lucineia da Cunha**
Procuradora

Testemunhas:

1.

Nome:

RG.:

2.

Nome:

RG.:

F:\g\01214\07503\7503ec12_CVM_final_sem_marcas.doc

